

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 471.043 - PR (2018/0250920-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FERNANDO GRASSI GOGOLA E OUTRO
ADVOGADOS : FERNANDO GRASSI GOGOLA - PR063565
EDUARDO GRASSI GOGOLA - PR066790
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RENATO HENRIQUE RAMOS (PRESO)

DECISÃO

RENATO HENRIQUE RAMOS alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, no HC n. 0039873-59.2018.8.16.0000.

Busca o paciente – preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 2º, *caput*, c/c § 2º e § 4º, IV, todos da Lei n. 12.850/2013 – sejam estendidos os efeitos do benefício concedido ao corréu no HCs n. 151.610/PR, cuja liminar foi deferida pelo relator Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, para reconhecer excesso de prazo e determinar a expedição de alvará de soltura.

Destaca que se encontra em condições idênticas ao do corréu beneficiado e, por isso, deve ser concedida a ele também a liberdade provisória.

Indeferida a liminar e prestadas as informações de fls. 606-1.325, foram os autos enviados ao Ministério Público Federal, que oficiou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 1.366-1.368).

Decido.

O STJ não tem competência para analisar pedido de extensão de decisão originalmente proferida por outro órgão jurisdicional, máxime do Colendo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, *mutatis mutandis*: RHC n. 70.232/RJ, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 12/5/2017; HC n. 71.162/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 1º/2/2017; HC n. 20.706/TO, Rel. Ministro Vicente Leal, 6ª T., DJ 19/8/2002.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ofício n. 5584/2018, informou que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em 4/12/2018, não conheço do habeas corpus e revogou a liminar anteriormente deferida, ante a inexistência de manifesta ilegalidade.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus**, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

